

LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL PÚBLICA

Monografia de conclusão do Ensino Técnico em
Vigilância em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio/Fiocruz

Caio Matheus de Freitas Garcia

Orientadora: Ialê Falleiros

Rio de Janeiro
Janeiro de 2014

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1 - Reflexões sobre Educação Politécnica como abordagem metodológica na construção de uma pedagogia dos trabalhadores	7
1.1 - A concepção de politecnia em debate	8
1.2 - A reestruturação produtiva e a educação politécnica	9
Capítulo 2 – Análise a partir dos documentos norteadores do método de ensino da ETE Ferreira Vianna	13
2.1 – O regimento norteador de Unidades Escolares de Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC	13
2.2 – “Projeto Político-Pedagógico buscando educação cidadã na era tecnológica” / ETEFV	15
2.3 – Ementas curriculares do curso de Edificações ETEFV/ 1º e 2º ano	17
3 – Conclusões	20
Referências Bibliográficas	22

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro está se preparando para a chegada de grandes eventos esportivos internacionais, As olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo 2014, e tem como demanda a melhoria na infraestrutura urbana para tratar o grande fluxo, tanto de pessoas quanto de capital. Sabendo disso, o setor de construção está sendo o maior cotado neste período de modificações espaciais. Diversas obras estão em execução em muitos pontos da cidade.

Na atual conjuntura do Rio de Janeiro não há instituições estatais que sejam responsáveis pela execução da construção urbana, sendo assim as empresas responsáveis pelas obras públicas são contratadas via licitação.

A partir disso, está posta uma contradição fundamental para se pensar o que representa tais eventos e o que se espera da cidade. As grandes construções são geridas por empresas privadas, ou seja, o lucro é distribuído a poucos grupos sociais. Portanto, o Estado patrocina o lucro privado e a população sofre com os processos das obras. Os empregos que geram, servem como o maior benefício de tais empresas a sociedade, porém tais empregos estão postos num contexto de total exploração no trabalho, tendo condições precarizadas. Exemplo disto está na morte de dois operários na construção do estádio do Corinthians. (<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/operarios-da-arena-corinthians-vaio-obra-e-sao-orientados-ir-para-casa.html>)

Por exemplo, para a Copa de 2016, de acordo com o G1 (site do jornal O Globo), estão previstos gasto federais de aproximadamente 25,6 bilhões, divididos em mobilidade urbana, segurança e telecomunicações. Um gasto astronômico, que representa muito pouco na condição de vida da população brasileira, tendo em vista que estes gastos não deveriam estar apenas vinculados ao calendário da FIFA e sim as demandas da população. (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/financiamento-de-obras-de-mobilidade-para-a-copa-ainda-nao-deslanchou.html>)

A parte da população concorda que a organização de tais eventos vai contra a produção de uma cidade com políticas públicas que atendam a demanda existente. Em uma reportagem do G1, demonstra-se tal insatisfação, bem como se acrescenta que esta foi parte integrante das grandes manifestações que ocorreram em junho de 2013, que

tenham como slogan, por exemplo, a frase “Queremos hospitais padrão FIFA” satirizando as demandas e exigências do órgão internacional de futebol e também a frase "Da copa eu abro mão, quero é investimento em saúde e educação".(<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imaginava-se-tudo-na-copa-menos-os-protestos.html>)

Nesse sentido, qual é o interesse do Estado do Rio de Janeiro em formar trabalhadores técnicos em Edificações, numa conjuntura em que não se dispõe de empregos públicos para tais trabalhadores, ou seja, empregos que utilizem o conhecimento como bem comum para a construção de uma cidade para sua população?

Se tratando da forma burguesa de se pensar a cidade, a escola poderia estar, ou está utilizando o recurso público para formar uma mão de obra qualificada exclusivamente para o trabalho em empresas privadas.

Pensando na superação desta realidade do atual contexto neoliberal, necessita-se pensar a educação pública e a formação de trabalhadores, em conjunto com os outros setores da sociedade, para se conseguir construir uma pedagogia efetiva para um Rio de Janeiro mais igualitário.

A educação pública sofreu diversas modelações no âmbito institucional, para que pudesse oferecer a educação profissional técnica. No entanto, atualmente diversas instituições públicas oferecem essa formação, integrada ou não ao ensino médio. Partindo desse princípio, a pesquisa será pautada em como vem se dando a formação de um grupo de futuros profissionais, questionando o tecnicismo empregado neste processo.

Para ser viabilizada, essa pesquisa foi realizada no colégio E.T.E Ferreira Viana, curso de Edificações, da rede de ensino Faetec/RJ, gerida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Neste curso, analisei como é direcionada a formação do profissional e se nela se apresenta ou não um caráter emancipatório, tornando ou não a educação profissional uma estratégia de modelamento do estudante para satisfação de determinadas tarefas que estão entranhadas a um modelo de divisão de trabalho técnico, bem como o quanto possibilita o desenvolvimento da capacidade do aluno de relacionar sua formação acadêmica às necessidades da população.

O interesse por essa pesquisa teve início com a percepção de que as diversas empresas privadas acabam sendo beneficiadas por um modelo curricular que afasta o estudante de ampliar sua formação para seguir os estudos ou abrir novas alternativas de emprego e o insere como mão de obra qualificada em um regime de exploração restrito. A partir disso, a escola pública passa a produzir majoritariamente uma “mercadoria” que será empregada por outros. Nesse sentido, os jovens da classe trabalhadora têm sua formação escolar limitada pelas opções oferecidas pelo mercado de trabalho.

O que está posto é que existe a possibilidade de o Estado formar mão de obra para as empresas privadas brasileiras ou multinacionais. Nesse sentido, a educação modela o estudante para um modelo de divisão do trabalho técnico, fazendo com que esse estudante se submeta a uma situação que favorece a concentração de capital, limitando o contato com outras formas de trabalho.

Com o mercado regulando a sociedade e a burguesia como detentora do poder político, na figura do Estado, este se torna uma instituição que regula os interesses da classe dominante (Marx e Engels, 1848). Sendo assim, esta possibilidade não está apenas posta no contexto neoliberal, pois o domínio burguês do Estado é bem anterior, portanto a formação para a produção do capital é uma possibilidade anterior a atual conjuntura. Contudo, o Estado, ainda que continue cumprindo esse papel evidenciado por Marx e Engels, ganhou complexidade ao longo do século XX e primeiras décadas do século XXI, com a ampliação da democracia e da disputa de projetos no seu interior. Ainda que não se verifique hoje um projeto contra-hegemônico com força para transpor o projeto dominante, é possível evidenciar as contradições entre o discurso de que o Estado é o promotor do desenvolvimento econômico e social e a prática em favor de minorias com maior poder econômico.

Sobre o curso de Edificações está a possibilidade de trabalhar com as grandes obras que estão por ser iniciadas como demanda dos eventos globais que o Rio de Janeiro irá receber na segunda década de 2000, sendo assim, necessita-se de trabalhadores dessa área. No entanto, o que vem sendo feito é a contratação de empresas privadas para proporcionar essas obras, desvalorizando o serviço público e fazendo com o que profissional tenha que se submeter a um regime de trabalho sem estabilidade, que favorece a um pequeno grupo (de grandes construtoras), por falta de oportunidades de emprego no serviço público.

A contradição está dada a partir do momento em que a classe que se está sendo formada é a classe trabalhadora, porém sob uma pedagogia de procedimentos técnicos e formação política que aliena o profissional do modelo de sociedade vigente, que pouco são realmente relacionadas ao cotidiano e as necessidades de sua classe.

Para a sociedade de mercado, uma classe trabalhadora sendo formada politicamente de forma que possibilite a crítica das situações vividas, dando noção de uma divergência de classes, que estão em constante luta, é prejudicial, pois essa forma de educação pode ser um mecanismo de emancipação dos trabalhadores a uma estrutura de exploração, sendo assim, a educação é desvalorizada ou posta nesse modelo curricular de alienação.

Existe a educação politécnica, que procura a integração da técnica (prática) e o pensar da emancipação, que proporciona constante relação com sua aprendizagem acadêmica e o dia a dia vivido pela população e também pelo educando (Rodrigues, 2006).

Nesse sentido, a educação pública deveria ter condição de proporcionar aos seus futuros técnicos uma educação transformadora, ao invés de uma educação “conteudista”. Tal pedagogia, também conhecida como “bancária”, metodicamente reduz o aprendizado à transmissão de saberes, tirando o papel do aluno no processo de criação de conhecimento e o transformando em um “memorizador” dos conteúdos apresentados em sala de aula. Desta forma, a curiosidade do educando não é empregada ao método pedagógico, portanto não existe a tentativa de articulação do conteúdo curricular com a realidade vivida pelo estudante, sendo assim tal estrutura de ensino não permite uma conscientização de classe por parte do estudante, mas sim uma mecanização do ensino (Freire, 1997).

A partir do conhecimento e da experiência de um método de ensino que utiliza o trabalho como princípio educativo, pensando na emancipação e na liberdade do trabalho, a pesquisa teve como objeto a pedagogia empregada no método de ensino da ETE Ferreina Vianna, verificando se há no curso técnico de Edificações uma pedagogia que incentive o estudante a analisar sua própria realidade, relacionando com o currículo desenvolvido na escola.

A análise foi feita a partir de dois objetivos específicos:

- Analisar o profissional que a instituição pretende formar, a partir do Regimento da escola e da grade curricular do curso;
- Verificar como tal método está articulado com o conceito de politecnia.

Para cumprir com tais objetivos, o método utilizado está pautado na revisão bibliográfica de livros, artigos e jornais que ajudaram a sistematizar o tema de pesquisa, bem como a refletir sobre a práxis politécnica e auxiliar na articulação com a formação em edificações. Além disso, utilizei os documentos públicos que auxiliaram a pensar a formação e as perspectivas da instituição estudada, como por exemplo, o Regimento da FATEC, o currículo do curso e outros documentos impressos que os alunos tem acesso.

A pesquisa se propôs a estudar a relação trabalho-educação na atual conjuntura do Rio de Janeiro e do neoliberalismo. Existem diversos estudos que se pautam nessa construção pensando na vida dos trabalhadores, sendo assim, a pesquisa pretende fazer parte da problematização do modelo educacional predominante, bem como auxiliar no acúmulo do conhecimento científico sobre este tema.

1- Reflexões sobre Educação Politécnica como abordagem metodológica na construção de uma pedagogia dos trabalhadores

A escola, tal como a conhecemos, desenvolveu-se em um período histórico relacionado à Revolução Industrial. Nesse sentido, tinha um caráter de passagem de conhecimento técnico e científico que tinha como finalidade deixar claro um novo modelo de divisão social do trabalho. Até então, a educação profissional era exclusiva para pessoas órfãs e desvalidas, sendo assim, o Estado encarava esse serviço como caridade, não como um ato de educação. No processo de industrialização, o ensino técnico passou a ser compreendido como uma forma de criação de mão de obra capaz de satisfazer a demanda que ocorria nesse período. Sendo assim, optou-se por uma nova forma de escola, a qual formasse os alunos tecnicamente e os moldasse para uma sociedade de mercado. Após diversas mudanças legais que reformularam a educação profissional, nota-se um interesse de associações privadas na formação dos técnicos (Lima Filho e Campello, 2006).

A partir do verbete “Educação Tecnológica”, extraído do Dicionário da Educação Profissional em Saúde (EPSJV, 2006), nota-se uma tradição histórica da educação profissional técnica atender às demandas da classe burguesa, formando técnicos que são moldados aos modelos de produção que se modificaram durante os séculos XIX e XX.

1.1 – A concepção de politecnia em debate

Existe uma concepção de educação alternativa ao modelo educacional desenvolvido para submeter-se a divisão social de trabalho fordista-taylorista, uma educação de inspiração marxista. Trata-se da Educação politécnica, que propõe uma combinação de uma educação teórica e técnica com a produção (pensar e agir), uma formação integral, ou seja, que não está associada só a produção fabril, uma escola que esteja em contato com a realidade de classe, pública e que seja direito de todos os jovens. Esta educação está preocupada com a construção de uma sociedade na qual não haja exploração do trabalho.

Atualmente, o que se vê é uma educação pública, que acaba voltando seus profissionais a um modelo de acumulação, que direciona o trabalho do técnico a uma concentração e que é pouco produtora de bens comuns, ou seja, a população é pouco ou não é beneficiada (Rodrigues, 2006). No Brasil, o início do debate sobre politecnia está muito vinculado a Dermeval Saviani, que levou a diversos outros autores a abordarem em sua pesquisas esta temática, como por exemplo Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer e Lucília Machado, todos orientados de Saviani (Rodrigues, 1998). O professor Dermeval Saviani produziu um texto que serviria como ponto de partida para a construção da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nesse texto estavam presentes as questões de omnilateralidade e de formação politécnica. Porém, o deputado Otávio Elísio formulou um anteprojeto a partir da produção de Saviani, contendo também a palavra politecnia, mas, no entanto utilizando o conceito literal da palavra. (Rodrigues, 1998). O conceito de politecnia, entendido como “várias técnicas”, não expressou o caráter da superação da expropriação do trabalho pela burguesia, portanto não levou em seu bojo a proposta de uma educação progressista interessada na transformação estrutural.

A educação Politécnica pensa o processo educativo a partir da práxis do trabalho, sendo assim este é o princípio norteador de tal proposta educacional, que tem

seu germe nas contradições da sociedade burguesa. Sendo assim, para que este conceito não se torne ambíguo e seja compreendido de forma contraditória, é necessário conceituar a concepção de trabalho que serve como base para a politecnia.

“... A natureza fornece meios materiais a que o trabalho pode aplicar-se e também os meios de subsistência física do trabalhador. Porém, a intervenção do homem sobre a natureza por meio do trabalho implica torná-la não mais o meio externo para a existência do trabalho, pois o próprio produto do trabalho passa a ser esse meio material.” (Ramos, 2003, p.7)

A partir desta noção apresentada por Marise Ramos, a atividade com que o homem transforma a natureza para sua existência material denomina-se trabalho no seu sentido ontológico, construído da vida social e de conhecimento.

Ao pensar conhecimento, a autora também nos demonstra um conceito que precisa ser refletido na construção da proposta politécnica de educação:

“O homem reproduz toda a natureza, o que lhe confere liberdade e universalidade. Desta forma, produz conhecimento que, sistematizado sob o crivo social e por um processo histórico, constitui a ciência.” (Ramos, 2003, p.8)

O conhecimento, sendo assim, é uma relação histórica do homem com a natureza. No entanto, historicamente a burguesia expropriou do trabalhador o conhecimento advindo de sua práxis e construiu um método de trabalho que aliena o homem de sua produção histórica, da técnica e da ciência, funcionando então como mão-de-obra do modelo fabril burguês.

Nesse sentido, a educação politécnica se constitui contra essa alienação do trabalho, buscando o conhecimento das contradições inerentes à sociedade burguesa, como alicerce da práxis revolucionária. Ou seja, a educação politécnica surge na sociedade burguesa, pensando na transformação radical da sociedade e na liberdade do trabalho.

1.2 - A reestruturação produtiva e a educação politécnica

No século XX, o Estado passou por reorientações diversas, devido aos tensionamentos existentes em âmbito mundial entre capital e trabalho, tendo como evidência material a possibilidade de tomada do poder pelos socialistas com a instituição da União Soviética. Os países do ocidente europeu adotaram o modelo

keynesiano de Estado de Bem-Estar social, promotor de políticas sociais e redistribuidor das riquezas produzidas socialmente, com vistas a reequilibrar e permitir o avanço da produção capitalista. A partir de fins dos anos 1970, o modelo de Estado neoliberal ganha corpo na Inglaterra com Thatcher e nos Estados Unidos com Reagan, espalhando-se como doutrina e como prática pelos países latino-americanos (Rizzotto, 2006).

A oportunidade para o neoliberalismo surge em meio à Guerra Fria, num período conhecido como Coexistência Pacífica, a partir de 1973, demarcando a crise do modelo econômico nos países capitalistas avançados. Para ser implementada tal proposta, era necessário um Estado com poder suficiente para controlar os trabalhadores, que nesse contexto social tinham uma organização mais sólida, e também estabilizar a crise. O neoliberalismo se funda na ideia de liberdade individual e de menor intervenção possível do Estado na economia. Tais ideias são elaboradas como críticas ao Estado keynesiano, que propunha um modelo de Estado como regulador do mercado (Silveira, 2009).

Quando se consolidou o Estado neoliberal, os gastos públicos foram cortados, isso proporcionou espaço para a privatização dos serviços que anteriormente eram garantidos através de políticas públicas. Essa ação viabilizou o surgimento de uma indústria educacional e a partir desse ponto presenciamos o sucateamento da educação pública e o enriquecimento exponencial da educação privada.

No Brasil, a ideia do neoliberalismo se iniciou com a candidatura de Fernando Collor de Mello, mas, no entanto, teve sua implementação consolidada com Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1995. Atendendo a uma movimentação econômica mundial advinda de Washington pelos países desenvolvidos, o Brasil vivenciou um período de corte de investimento nos serviços sociais e privatização dos bens públicos (Silveira, 2009).

A partir dessa conjuntura, a educação se torna cada vez mais uma mercadoria, e como qualquer outra, tendo o objetivo de conseguir o maior lucro possível e, como consequência, verifica-se a desvalorização e a negligência no que diz respeito as políticas educacionais públicas.

Nos governos de FHC e Luiz Inácio Lula da Silva houve investimento na ampliação da rede pública de educação, porém não foi pautada numa mudança

estrutural societária, e, conseqüentemente, a concepção de educação se manteve nitidamente submetida à lógica mercantil. Sendo assim, a concepção educacional dominante é caracterizada por números, os quais são incentivados por programas governamentais de investimento, que por muitas vezes tem a participação do setor privado (Frigotto, 2011).

A participação privada nos investimentos públicos é fomentada pelo interesse mercantil proveniente do ensino público. Ou seja, as empresas não só se beneficiam com a formação de trabalhadores qualificados, que podem se tornar mão-de-obra, mas também se tornam influentes nas decisões sobre o ensino público.

Essa aliança público-privada favorece uma dualidade, a qual proporciona grande lucro a indústria educacional brasileira, além de tornar o ensino público meramente uma “numerologia”, que não proporciona uma formação integral e que está ligada e submetida às variações constantes do mercado. Essa característica explica o tecnicismo empregado em diversas escolas públicas, a estreiteza que vem tomando a formação e a não criação de bens comuns, que deveriam ser provenientes da formação de trabalhadores qualificados.

Neste sentido se inicia uma estrutura produtiva marcada pela globalização e pela necessidade de um trabalhador mais flexível, portanto, uma produção com maior flexibilidade e com o emprego de tecnologias cada vez mais avançadas.

Nessa conjuntura o trabalhador volta a ter a oportunidade do conhecimento do processo e do produto de seu trabalho, certamente mediado pelo aparato tecnológico, que pode funcionar como um fator de alienação, que tira do trabalhador o total conhecimento de sua práxis produtiva.

No entanto, a retomada do conhecimento do processo de trabalho e da apropriação da tecnologia é o marco de um trabalhador que aplica seu trabalho em todas as etapas da produção.

“Dada a simplificação das tarefas mediadas pela máquina, pela uniformização dos processos de trabalho, o trabalhador teria a possibilidade de percorrer (isto é de atuar, de trabalhar em) todas as etapas da produção. O desenvolvimento atual dos meios e instrumentos de produção demandaria a polivalência do trabalhador” (Rodrigues, 1998, p.64)

Portanto, o trabalhador polivalente se distingue aquele utilizado no processo de produção taylorista-fordista, o qual não tinha consciência do processo e do produto de

seu trabalho. No entanto, o autor distingue a polivalência da politecnia, em questão ao acesso e a utilização do conhecimento (Rodrigues, 1998).

No entanto, a politecnia encontra solo favorável no processo de trabalho que exige um trabalhador polivalente. O trabalhador polivalente utiliza conhecimento na funcionalidade do processo de trabalho. Mas, certamente, o trabalhador, tendo contato com todo o processo produtivo, estará em contato com a contradição da produção burguesa. Nesse sentido, a educação politécnica pensa no conhecimento da produção, bem como na atuação sobre as contradições do processo de acumulação de capital.

2 – Análise a partir dos documentos norteadores do método de ensino da ETE Ferreira Vianna

A análise documental será realizada a partir de três sub-itens, os quais serão baseados em três documentos norteadores diferentes. São eles: o regimento escolar, o Projeto Político-Pedagógico e o que se tem produzido das ementas curriculares do Curso Técnico de Nível Médio Integrado de Edificações, entendendo que este está em construção.

O regimento norteador das Unidades Escolares de Educação Básica/ Técnica da rede FAETEC é um documento referente a todas as unidades, sendo assim a análise deste fornecerá uma contextualização da pedagogia geral das escolas. O Projeto Político-Pedagógico da ETE Ferreira Vianna especifica a análise e com o mesmo objetivo e a grade curricular será um novo recorte.

2.1 – O regimento norteador de Unidades Escolares de Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC

A análise foi feita a partir dos Títulos I, capítulos II e II, seção IV - subseção I, Título II, capítulo I, seção II, capítulo VI e capítulo VIII e Título III, capítulos I, II e capítulo VII. Esses foram escolhidos porque dizem respeito aos objetivos da pesquisa.

O documento demonstra uma preocupação com uma pedagogia baseada na autonomia e na boa relação aluno-escola. Neste documento, não aparece em nenhum momento a proposta de uma educação politécnica, porém em diversos momentos recorda a importância da articulação entre a formação geral e profissional, bem como a articulação da formação do estudante com a formação ética e a tentativa de articulação com a comunidade, e o ensino médio articulado com a formação profissional, tendo como objetivo tanto o incentivo ao prosseguimento dos estudos, como a preparação básica para o trabalho e para a cidadania, como o aprimoramento ético e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (Capítulo III Art. 18º).

Pensando as diretrizes formadoras do currículo, uma dimensão muito enfatizada é a compreensão do significado de ciência e cultura, bem como a utilização de um método que incentive a participação do educando, além de fornecer conhecimento científico para preparação para o trabalho (Capítulo III, Art. 19º).

A formação da escola voltada para o trabalho é uma questão contraditória quando pensamos na politecnia, pois nesta proposta o trabalho é a diretriz do processo pedagógico, não o produto deste. Ou seja, a construção do conhecimento está alicerçada na práxis do trabalho, sendo assim, tal formação pretende explicitar o processo de trabalho, para que se possam compreender as contradições estruturais do modo de produção capitalista e direcionar de forma crítica o trabalho manual. Em suma, a concepção politécnica pretende, com base no processo de trabalho burguês, apropriar-se novamente do conhecimento da produção, para articular o trabalho manual ao trabalho intelectual.

As expressões “competências” e “laboralidade” são utilizadas na parte em que estão expostos os objetivos da formação profissional integrada ao ensino médio, porém é necessário conceituá-las, entendendo que “competência” se põe num contexto de individualidade perante a formação e a sociedade (Ramos, 2001). Da mesma forma, “laboralidade” pode se confundir com empregabilidade e com a disputa individual inerente a atual conjuntura do capital.

No título II, o capítulo VIII abre a possibilidade de uma organização dos estudantes autônoma com regimento próprio e eleita pelos mesmos. A seção I descreve que as Unidades devem favorecer e auxiliar no trabalho e na criação dos Grêmios Estudantis.

Pensar educação politécnica remete muitas vezes a organização dos alunos em contato com os movimentos sociais, sendo assim, a possibilidade de criação de Grêmios estudantis abre espaço para melhor compreensão da realidade vivida e a articulação com o conhecimento construído no interior do colégio, bem como incentiva a participação dos educandos na organização de suas lutas e demandas não só inerentes à escola, mas também exteriores ao espaço escolar.

O Grêmios estudantil é de suma importância para a formação política do estudante, pois possibilita o contato do corpo discente com a organização da escola, além de integrar os estudantes a lutas e demandas comuns. Estando os estudantes cientes da complexidade do espaço escolar, a possibilidade de participação nas deliberações escolares pode ser um mecanismo para a criação de um espaço de maior diálogo e, sendo assim, a constituição de uma escola que proporciona um bem-estar para o trabalho e para o conhecimento.

O Regimento apresenta esses objetivos no art. 119º, sendo assim, considera e afirma a importância da organização estudantil autônoma na construção do espaço escolar. Sendo assim, a escola proporciona este mecanismo para a construção democrática.

Certamente, abrir a possibilidade do Grêmio estudantil não basta por si só, pois é necessário que haja um incentivo prático para estimular a participação dos alunos no movimento estudantil e dos trabalhadores, para que haja, realmente, uma pedagogia que integre e reflita sobre a realidade conjuntural capitalista.

2.2 – “Projeto Político-Pedagógico buscando educação cidadã na era tecnológica” / ETEFV

A análise está dividida em dois termos muito utilizados no documento: “cidadania” e “formação para o mercado de trabalho”. Além da reflexão a partir de tais termos, este capítulo novamente se preocupará em identificar elementos que possam ser discutidos a partir do debate sobre a politecnia.

Tal documento apresenta a história da Instituição e das mudanças sofridas no decorrer do tempo, bem como sua tradicional atuação com as classes desvalidas e com a caridade. Atualmente a instituição está localizada na Rua General Canabarro, nº 291, Maracanã, com o nome de Escola Técnica Estadual Ferreira Vianna.

Partindo para a reflexão anteriormente exposta, já no início do documento é apresentado como objetivo a formação para o mercado de trabalho. Porém, estando o mercado como estágio final do processo pedagógico, põe-se a educação como uma perspectiva de ordem burguesa e com a função de reprodução dessa ordem. Sendo assim, é importante que o PPP discuta a concepção que a escola tem sobre o trabalho e sobre o mercado, demarcando sua posição como instituição pública, formadora de trabalhadores qualificados.

A necessidade do mercado de trabalho é uma preocupação muito comum no que tange a formação profissional, porém formar para adaptação aos métodos tecnológicos burgueses é uma forma de reproduzir e reafirmar a exploração do trabalho e a falta de liberdade da classe trabalhadora. Restringir o trabalho à lógica do mercado retira dele sua capacidade ontológica, criadora, alienando o trabalhador do conhecimento sobre o produto e o sentido de sua atividade social.

Em momento algum o PPP apresenta a importância da formação profissional como ferramenta para a classe trabalhadora, o que deixa o objetivo da instituição submetido às variáveis e contradições do mercado. Sendo assim, as exigências da sociedade passam a ser confundidas com as exigências do modo de produção burguês.

Sobre essa reflexão se apresenta a questão da cidadania, que, se não está pautada na construção e fortalecimento da luta por parte dos trabalhadores, acaba sendo reprodutora da lógica do mercado e da formação de competências.

Ao pensar politecnicamente, a importância da luta de classes, liberdade do trabalho e a transformação do modo de produção são parte integrante do processo formador de trabalhadores, o que distancia tal conceito da concepção de educação adotada pela ETE, que entende o mercado de trabalho como produto do processo educativo. Além disso, retoma-se o debate sobre o trabalho como princípio educativo, sendo assim, a escola demonstra uma postura diferente, que entende a formação profissional como uma demanda do mercado.

Sem pensar e deixar claro um caráter transformador nas relações sociais burguesas, a cidadania expressa por diversas vezes no documento, pode ser considerada como uma cidadania colaboradora, ou seja, que reproduz e mantém a “ordem” vigente, a da exploração do trabalho (Braga, 2004).

No que tange a construção do conhecimento, a escola pensa de forma progressista, à medida que entende o conhecimento como construção coletiva e que é responsabilidade e direito do corpo discente de participar de forma ativa do processo pedagógico. Abrir espaço para um conhecimento construído coletivamente e levando em consideração a vivência do educando, permite uma construção aplicável a realidade do Rio de Janeiro. No entanto, paralelamente, o PPP deixa claro a importância da organização curricular submetida às exigências do mercado de trabalho, estando estas, por muitas vezes, distantes das necessidades da classe trabalhadora e da sociedade.

O documento apresenta necessidades de ampliação infra-estrutural para a escola, fato que se torna importante para pensar sua efetividade numa conjuntura de desvalorização do serviço público, bem como demonstrar aos educandos as contradições provindas do Estado perante a educação.

A coletividade na construção do espaço escolar, bem como a preocupação com a formação de trabalhadores se põe como uma iniciativa progressista na reflexão sobre a educação. Porém, como discutido anteriormente, é importante que se deixem mais claras as concepções sobre a formação para o mercado de trabalho e sobre a cidadania que se deseja, para que se possa construir uma prática pedagógica que se aproxime da educação politécnica e pense a emancipação do trabalho perante as contradições presentes nas atuais relações de trabalho.

2.3 – Ementas curriculares do curso de Edificações ETEFV/ 1º e 2º ano

As ementas curriculares estão em processo de construção, por este motivo serão utilizadas apenas ementas referentes ao primeiro e segundo ano do curso, o que não impossibilita uma análise sobre a Formação Integrada.

Abaixo, está representada a Matriz curricular mínima do curso, ilustrando a grade curricular de Edificações. Revela-se uma importância que se destina a matérias Matemática I e Física I, entendendo que servem de base para a área técnica.

Matriz Curricular

Etapa 1

COMPONENTE CURRICULAR	TEMPOS P/SEMANA	CARGA HORÁRIA
ARTES I	2	67
BIOLOGIA I	2	67
DESENHO TÉCNICO I	4	133
EDUCAÇÃO FÍSICA I	2	67
FILOSOFIA I	2	67
FÍSICA I	4	133
GEOGRAFIA I	2	67
HISTÓRIA I	2	67
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA I	2	67
LÍNGUA PORTUGUESA I	2	67
LITERATURA I	2	67
MATEMÁTICA I	6	200
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	4	133
PRODUÇÃO ORAL E ESCRITA I	2	67
QUÍMICA I	2	67
SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE	2	67
SOCIOLOGIA I	2	67
TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES	4	133
C/H - ETAPA	48	1603

A princípio, as ementas curriculares do curso são bem organizadas e demonstram preocupação para/com a formação profissional, bem como o ensino médio, sendo assim bem expostos os interesses da Formação Integrada, além de demonstrar cada componente curricular individualmente.

No entanto, para uma formação integrada é necessário um maior esforço no que tange a articulação de matérias do ensino geral com a formação em edificações. Não se mostra claramente a importância, por exemplo, da articulação dos conhecimentos matemáticos no processo pedagógico da formação de trabalhadores da área.

A partir disso, existe a possibilidade de não expor a importância do conhecimento geral na formação do trabalho, rompendo com a questão da articulação trabalho-estudo, e mais amplamente, conhecimento-trabalho. A partir disto, o trabalho de uma educação integrada não vence a dicotomia existente na formação do trabalhador, colaborando para uma alienação do processo de trabalho.

Além disso, cada matéria se expõe com objetivos inerentes ao mercado, pois não intercala a utilidade da matéria com sua prática social, nem mesmo a sua realidade de classe. Esta problemática está relacionada ao não reconhecimento da comunidade com a formação, pois esta está muito restrita a um conhecimento não integrado a sua importância social. É importante expor ao corpo discente que suas matérias têm uma realidade prática nas comunidades carentes, por exemplo, bem como que conhecer o conteúdo o possibilita atuar em prol da população.

Além disto, novamente é utilizada a expressão “competência”, entendendo que a formação está ligada a um modelo educacional pautado em uma concepção meritocrática da educação e do trabalho.

Paralelamente, refletindo com a possibilidade de uma formação politécnica, é de suma importância uma matéria que pense a articulação a partir de conceitos básicos, como por exemplo, trabalho, educação, cultura e ciência. A partir do conhecimento e reflexão desses conceitos chaves, existe a possibilidade de melhor articulação da formação geral com a formação para o trabalho, além de iniciar a reflexão de questões como luta de classes, expropriação do trabalho, exploração do trabalho, banalização da cultura e privatização e elitização do conhecimento científico. Certamente, pensar

politecnia é articular esses conceitos com o interesse da classe trabalhadora em sua emancipação.

Sendo assim, é essencial uma matéria que faça pensar conceitos e práticas para o melhor reconhecimento, por parte do corpo discente, da importância social de sua atividade, dando a este, mecanismos que o façam refletir, por exemplo, sobre a falta do mercado público para os trabalhadores formados no curso de edificações ou sobre a falta de uma instituição pública responsável por construções. Ou seja, há necessidade de formar o estudante que possa refletir sobre sua formação na sociedade, bem como atenta-lo às contradições inerentes a atual conjuntura do Rio de Janeiro e ainda do capital.

3– Conclusões

As conclusões da pesquisa serão feitas a partir de uma reflexão sobre os documentos em conjunto, buscando entender a que ponto estes se afirmam e a que ponto de contradizem, levando sempre em consideração a possibilidade de construção de uma educação politécnica.

Os documentos se apresentam de perspectivas diferentes, entendendo que o regimento perpassa todas as instituições ligadas a Faetec, portanto apresenta preocupações mais gerais. Já o PPP apresenta questões voltadas exclusivamente a ETEFV, bem como as ementas curriculares “afunilam” ainda mais os interesses. No entanto, todos os documentos interligados fornecem reflexões que vão para além da Faetec e da ETEFV.

No que tange a construção do conhecimento, a ETEFV se preocupa com uma reflexão coletiva, buscando a participação dos educandos no processo pedagógico de forma ativa, ou seja, buscando nas questões do corpo discente construir um método de ensino que seja composto da realidade dos mesmos. Entender o conhecimento como construção coletiva é diretriz quando se pensa em educação politécnica, portanto neste quesito existe uma proximidade de concepções pedagógicas.

Pensar também uma gestão coletiva, incentivando a participação organizada dos alunos nas deliberações da escola, promove a estes uma oportunidade de maior compreensão da complexidade do espaço escolar e da conjuntura do Rio de Janeiro, no que tange a gestão pública. Desta forma a participação estudantil pode ser um benefício tanto para os gestores, que poderão ter o corpo discente lutando pelas causas comuns da escola, quanto para os alunos, pois estes terão em sua formação o conhecimento das contradições existente na educação pública.

No entanto, a questão do mercado precisa ser melhor refletida e questionada dentro do âmbito institucional, demarcando e deixando claro como a escola pensa a formação numa conjuntura em que o mercado privado se apropria dos trabalhadores qualificados e os redireciona para ocupar postos de trabalho que nada dizem respeito e nada favorecem ao bem-estar da população carioca, entendendo que o mercado privado tende a buscar o lucro e não o bem coletivo.

As concepções de formação e de mercado postas nos documentos tendem a uma visão burguesa da formação de trabalhadores, ou seja, uma visão em que está presente a preocupação na manutenção do modo de produção e na alienação do trabalho e pouco fundada na preocupação da formação humana. Para pensar numa educação politécnica, tais concepções precisam estar alicerçadas na desconstrução da ordem vigente e na retomada de consciência do processo de trabalho, bem como na perspectiva da luta de classes.

Ou seja, em todos estes documentos, é de suma importância que se reflita e exponha a concepção e o objetivo que se tem na formação dos trabalhadores, entendendo que por ser uma instituição pública deveria estar pautado no bem público.

Adaptar competências para o mercado é uma preocupação que a educação politécnica pretende romper, pois esta pensa a educação de trabalhadores em benefício do bem comum, de uma cidadania que não está pautada na colaboração, e sim, na transformação estrutural. Para este objetivo, a educação politécnica pensa num método pedagógico que busca, através do ensino integrado, romper com a alienação do trabalho e o desconhecimento das contradições do modo de produção burguês. Nesse sentido, é de suma importância para a construção do ensino integrado, a articulação do conhecimento adquirido no ensino profissional com o aprendizado do ensino geral e também com a realidade vivida. Neste sentido, a inter-relação do conhecimento possibilita a percepção da importância social da formação.

O curso de edificações está em ascensão devido à demanda advinda das obras que vem ocorrendo no Rio de Janeiro, porém pensar em uma educação politécnica exige que se pense nesta demanda e a que ponto ela está favorecendo a população da cidade, bem como a que interesses tais demandas correspondem.

Em suma, a formação de mão de obra qualificada não teve estar apenas pautada na questão técnica, nem mesmo direcionada a atender demandas privadas. Para a politécnica, uma educação efetiva é dada a partir da construção de um profissional que entende e atua sobre as contradições inerentes ao modo de produção burguês, bem como entende seu trabalho como um benefício humano e destinado ao bem comum.

A formação nas instituições públicas precisa estar bem demarcada no interesse dos trabalhadores para que não seja cooptada por uma lógica que produz exclusão e

promove desigualdades, baseada na disputa individual e preocupada com o benefício privado. Ou seja, uma educação pública precisa pensar a formação como uma ferramenta que possibilite ao trabalhador uma forma de criar a consciência de classe, bem como assumir uma postura de cidadania que se preocupa com a mudança estrutural da sociedade e não com a colaboração.

Referências bibliográficas

BRAGA, Ialê Falleiros. **Os PCN e a formação escolar do novo homem:** um estudo sobre a proposta capitalista de educação para o Brasil do século XXI. Niterói, RJ: 2004. (Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense – Faculdade de Educação)

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Observatório dos Técnicos em Saúde (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

EVANGELISTA, Olinda. **Algumas indicações para o trabalho com documentos.** Texto para discussão no GEPETO – Grupo de Estudos sobre Política, Educação e Trabalho. Florianópolis/SC, agosto de 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** In: Revista Brasileira de Educação. V 16, n.46. jan | abril 2011.

LIMA FILHO, Domingos Leite; CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto. Verbete: **Educação Tecnológica.** In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

e Observatório de técnicos em saúde (orgs). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

NEVES, Lúcia M. W.; Pronko, Marcela. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação pra o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

RAMOS, Marise. A pedagogia das competências: **autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

Ramos, Marise. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura** Minas Gerais, 2003.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. Verbetes: **Neoliberalismo e Saúde**. In: Pereira, Isabel Brasil; Lima, Julio César França(Org.). Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

RODRIGUES, José. Verbetes: **Educação politécnica**. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Observatório de técnicos em saúde (orgs). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

RODRIGUES, José. **A educação politécnica no Brasil**. Niterói; RJ: Ed. UFF, 1998.

SILVEIRA, Maicon Cândido. **O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC**. In: Revista Senso Comum, nº1, 2009, p. 50-56.